

**Reunião ordinária pública****Data: 2023-03-06****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.25 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA UM DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG 6):-----****N.º 01 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA UM DE MARÇO E RUA DE JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG 6) – proposta de plano (127/JUEL/DGT/2023 - 3/INSTGT/DGT/2021) -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 02 – HOMENAGEM A PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES DE MÉRITO NO DIA 1 DE MARÇO DE 2023 (28/PPRC/PR/2023)-----****N.º 03 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA PARA O ANO DE 2023 – alteração (634/ENTE/DAJA/2023 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----****N.º 04 – ADESÃO À REDE DE CIDADES PORTUGUESAS VISANDO A NEUTRALIDADE CARBÓNICA EM 2030 (7619/ENTE/DAJA/2022 - 1/ORGFUN/PR/2013)-----****PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----**



N.º 05 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS (1/PPRC/VHC/2023)-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE: -----

N.º 06 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (27/PPRC/PR/2023)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2022 (48/PGEN/DOM/2023)-----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO À JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS NO ANO DE 2022 (49/PGEN/DOM/2023)-----

N.º 09 – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA ESQUADRA LOCAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (7632/ENTE/DAJA/2022 - 24/DIVER/PR/2013)-----

N.º 10 – CEDÊNCIA DE MATERIAL VEGETAL – Regimento de Engenharia n.º 1 (1106/ENTE/DAJA/2023 - 14/DIVER/DOM/2014)-----

N.º 11 – EXUMAÇÃO E TRASLADAÇÃO DE RESTOS MORTAIS PARA GAVETÃO NO CEMITÉRIO DE MARMELAIS – isenção de taxas (60/PGEN/DOM/2023 - 1380/COVMAR/DSUEV/2013)-----

N.º 12 – PROTOCOLO DE PARTICIPAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA ENTRE FREGUESIAS, NO TROÇO ENTRE A EM533 E VALE ROXO (3/MANI/DOM/2023 - 33/CONPUB/DOM/2022) -----

N.º 13 - EMPREITADA PARA RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – adiantamento do preço do contrato (996/ENTE/DAJA/2023 - 13/CONPUB/DOM/2021)-----

N.º 14 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA– revisão extraordinária de preços (6174/ENTE/DAJA/2022 - 65/CONPUB/DOM/2020) -----

N.º 15 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – conta final (300/EMPR/DOM/2022 - 65/CONPUB/DOM/2020)-----

N.º 16 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA



CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – revisão de preços
(6843/ENTE/DAJA/2022 - 23/CONPUB/DOM/2019) -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 17 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO 2023 (1/PPRC/DADJ/2023 - 2/APOIOS/DADJ/2019)

**N.º 18 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol
Comércio e Indústria de Tomar** (599/ENTE/DAJA/2023 - 1/APOIOS/DADJ/2019) -----

**N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Ténis Club de
Tomar** (380/ENTE/DAJA/2023 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

**N.º 20 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA –
isenção de taxas** (956/ENTE/DAJA/2023 - 58/ASCEN/DAAOA/2013)-----

**N.º 21 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA –
isenção de taxas** (1171/ENTE/DAJA/2023 - 1/ASCEN/DAJA/2019)-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

**N.º 22 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR
ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 17 – Casa Pronta -
Anúncio 19153/2023** (56/PEDI/DGT/2023 - 126/DIVER/DGT/2023)-----

**N.º 23 – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO
ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 2/2021 – SCRAPS-Sociedade Imobiliária,
SA** (681/JUEL/DGT/2022 - 3/OBURB/DGT/2020)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

**N.º 24 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO – AUMENTO DA
QUOTA** (5492/ENTE/DAJA/2022 - 3/ASSCUL/DTC/2018) -----

N.º 25 – PROTOCOLO COM A ORQUESTRA SINFÓNICA DE THOMAR (29/PGEN/DTC/2023
- 1/ASSCUL/DTC/2023) -----

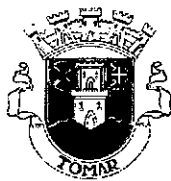
N.º 26 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS (44/PGEN/DTC/2023 -
8/DIVER/DTC/2014)-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 27 – AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO
(463/PGEN/DF/2016)-----

EXPEDIENTE: -----

**N.º 28 – REQUALIFICAÇÃO DA CASA DO DESPACHO/NÚCLEO MUSEOLÓGICO – Santa
Casa da Misericórdia de Tomar** (7017/ENTE/DAJA/2022) -----



77

N.º 29 - CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2022
(1058/ENTE/DAJA/2023 - 1/ENTEXT/PR/2020)-----

N.º 30 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Paróquia de Tomar
(1143/ENTE/DAJA/2023 - 15/DIVER/PR/2013)-----

N.º 31 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Associação de Judo do Distrito de Santarém (964/ENTE/DAJA/2023 - 15/DIVER/PR/2013)-----

N.º 32 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - turma do 9.º ano da Escola Básica da Senhora da Hora (1098/ENTE/DAJA/2023 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público:-----

Esteve presente a Sra. Estrela Maria Idalécio Caldeira expondo a falta de condições da habitação que lhe está atribuída, no rés-do-chão esquerdo do bloco seis do Bairro Nossa Senhora dos Anjos, para locomoção da sua filha, já adulta, em cadeira de rodas, incluindo para acesso e usufruto de algumas dependências, nomeadamente as instalações sanitárias. Referiu que espera, há sete anos, por uma solução, o que não compreende, até porque lhe foi indicado por uma Assistente Social do Município que lhe ia ser atribuída outra fração, adequada à situação.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que há consciência da situação, mas ainda não foi possível encontrar uma solução, sendo certo que desconhece totalmente a promessa de mudança para outra casa, mas sabe, por experiência própria, que, por vezes, as pessoas tendem a querer ouvir aquilo que acham que lhes foi dito. Frisou que a única garantia que pode dar é que o assunto vai ser resolvido, mas não sabe dizer quando; está na lista das prioridades, assim como o realojamento das pessoas que ainda estão a residir em barracas, que, apesar de tudo, estão pior, que os serviços vão gerindo de acordo com as disponibilidades que vão surgindo.-----

A Sra. Estrela Caldeira garantiu que foi no interior da sua casa que a Assistente Social lhe deu a novidade que teriam conseguido "dobrar" o Sr. Vereador e determinada casa ia ser para a sua filha, só teria que esperar a realização de algumas obras, nomeadamente para a cadeira de rodas poder passar no portão que existia no quintal, e, se for necessário, pode apresentar testemunhas dessa conversa, porque não estava sozinha. Referiu a sua dor por ver o estado da sua filha, e pela falta de condições para satisfação das suas necessidades básicas, e o sofrimento desta.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que os serviços nunca dizem a ninguém que há uma



casa pensada, ou para acontecer, e que as famílias que são alojadas só recebem essa informação no momento da entrega da chave, precisamente para não criarem expectativas e ansiedades antes do tempo; é este o princípio geral há muitos anos e tem plena confiança nos serviços de habitação e nas pessoas que lá trabalham. -----

A Sra. Estrela Caldeira concordou que, se não tinham casa, não a deviam ter iludido, ou à sua filha, mas a verdade é que, no interior da sua residência, lhe ofereceram uma determinada casa e também tem conhecimento que outras pessoas mudaram de casa, o que não percebe se as pessoas que vivem nas barracas estão primeiro.-----

A Sra. Presidente referiu que a prioridade é efetivamente o realojamento das pessoas que ainda vivem em barracas; este agregado foi dos primeiros a sair do Flecheiro, e a situação esteve resolvida durante algum tempo, se bem que, desde o início, a senhora tenha referido a preocupação com o crescimento da filha; a situação não está esquecida, mas não consegue adiantar quando será resolvida, até porque nem todas as casas que possam vagar, mesmo com obras, reúnem as condições necessárias.-----

Esteve presente o Sr. Hélder Martins na qualidade de utente da Universidade Sénior de Tomar que classificou como uma instituição de extrema importância para a preservação da saúde física, mental e emocional das pessoas com cinquenta ou mais anos de idade, a quem, mediante o pagamento de uma mensalidade acessível à maioria das pessoas, são disponibilizadas disciplinas e atividades variadas, físicas e intelectuais; dedicou-se, durante mais de vinte anos, em regime de tempo parcial, ao ensino das danças sociais de salão e também na UST, durante cerca de dois anos, mas verificou que a maioria dos alunos seniores estava mais motivado para praticar a dança que conhecia, sem a disciplina imposta na aprendizagem de passos e coreografias e, não sentindo vocação para animador, decidiu não continuar essas aulas; passado pouco tempo, uma ex-aluna, incentivada por colegas interessados numa atividade de dança livre, voluntariou-se para dinamizar a atividade "Dança Comigo", com características de matiné dançante, ou baile, com periodicidade semanal; até que a pandemia obrigou a encerrar todas as atividades, frequentou a atividade, pela qual todos ansiavam, mesmo aqueles que não podiam participar ativamente devido a limitações físicas, porque podiam conviver num ambiente alegre, positivo e de cooperação entre todos; quando a Universidade Sénior retomou as atividades, ficou desapontado por não constar do programa a sua disciplina de eleição e, na sequência dos contatos com a Secretaria e com a Comissão de Alunos, colocou a questão à Sra. Coordenadora, que justificou a suspensão com meia dúzia de razões, que lhe pareceram bastante rebuscadas, e também que não havia ensino; manteve-se



inflexível aos seus argumentos de que os alunos precisavam muito desta atividade lúdica, dados os benefícios físicos e psicológicos, e, perante a indicação de que havia um grupo considerável de alunos que queria muito o recomeço da atividade, respondeu que “os alunos querem, mas eu não quero; se querem dançar, vão para danceterias”, solução que até seria boa para alguém que tivesse uma boa reforma, mas nunca para quem recebe menos de quinhentos euros, como acontece em muitos casos. Referiu que o SNS vinte e quatro publicou recentemente um relatório que revela que a maioria dos telefonemas a pedir apoio psicológico é de jovens adultos e idosos; que, há vários anos, vem aumentando em Portugal, o consumo de antidepressivos e ansiolíticos; e não compreende a proibição de uma atividade das mais eficientes para combater este flagelo; daí que, em conjunto com a dinamizadora da atividade, expuseram o assunto à Sra. Vereadora Filipa Fernandes, que, depois de reunir com o Conselho Coordenador, lhes participou que a atividade se poderia realizar em jeito de baile, com periodicidade mensal ou quinzenal, o que lhes parece desvirtuar o valor da atividade. Referiu que as Universidades Seniores não podem ser equiparadas às universidades onde os jovens adquirem conhecimentos e competências para uma futura profissão, destinando-se a uma franja muito especial da população, com necessidades muito particulares, e aqueles que as frequentam têm o direito e o dever de fazer ouvir a sua voz, e quem as dirige tem a obrigação de estar atento às suas necessidades e preferências, pelo que, vem solicitar, em nome dos interessados, que a atividade, com a designação Dança Comigo ou outra, tenha periodicidade semanal e obedeça às mesmas regras das demais disciplinas (inscrição obrigatória e registo de presenças, porque só assim quem dinamiza a atividade pode ter sobre ela um controlo responsável). -----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que o Município de Tomar assumiu o compromisso de promover a Universidade Sénior porque é um projeto de envelhecimento ativo muito profícuo para o concelho, cabendo-lhe a manutenção e gestão do edifício, onde recentemente colocaram um elevador, para responder às necessidades dos alunos; a gestão pedagógica compete ao Conselho Coordenador, com quem reuniu sobre esta questão; em anos anteriores, houve disciplinas dadas por pessoas sem formação e as aulas acabaram por correr mal, porque essas pessoas não estavam aptas a promover a continuidade do ensino nesta faixa etária, e foi decidido que para ser professor tem que haver alguma formação de base para poder passar o saber aos alunos; o Professor Hélder detém formação e experiência para fazer parte do elenco de professores, mas, por motivos pessoais, deixou de lecionar, e a D. Alice, que se voluntariou para assumir a disciplina, não tem; concordando que estas atividades



são benéficas para a saúde e para o bem-estar da população, e não devem ser excluídas, foi entendido adequado proporcionar uma atividade aberta a todos os alunos para que possam conviver e dançar, aguardando a Sra. Coordenadora o contato para acerto dos respetivos horários. -----

O Sr. Hélder Martins referiu que D. Alice sempre se apresentou como dinamizadora e que sempre a considerou excelente para aquela atividade, porque partilhava alegria e a cooperação entre todas as pessoas; antes da pandemia, a atividade foi autorizada e correu lindamente, e continua a ser necessária, dados os benefícios para esta população tão carenciada, que precisa de recuperar o convívio que perdeu durante a pandemia e de fugir ao isolamento; não pode ser encarada como uma aula, mas tem que ter determinadas regras, e, para ter muito mais efeito sobre a boa disposição e a felicidade das pessoas, tem que ter outra periodicidade, porque quinzenal ou mensalmente não é suficiente. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que essa gestão é da competência do Conselho Coordenador e depende da capacidade que existe porque têm outras atividades, algumas também com periodicidade quinzenal, para além que estão a preparar as flores para a Festa dos Tabuleiros e têm imensas visitas de estudo; percebe a situação da Coordenação, porque recusou outras ofertas, de pessoas que não tinham formação para o efeito, e ficaria mal aceitar alguém nas mesmas condições, mas está decidido que, não sendo uma disciplina, a atividade poderá acontecer quinzenalmente, ou em conformidade com o que vier a ser articulado com a Sra. Coordenadora, que aguarda o contato. -----

O Sr. Hélder Martins referiu que não se deve comparar esta atividade com outras que foram recusadas porque as circunstâncias mudaram muito, e as pessoas e a sociedade também; devido à pandemia, existem muito mais preocupações e precisam muito de atividades, que podem ser exclusivamente lúdicas e tem que haver alguma flexibilidade; compreende que haja uma equipa coordenadora, e que uma pessoa que tem dois cursos superiores e um nível socioeconómico superior a muitos utentes da Universidade, tenha uma visão diferente destas atividades exclusivamente lúdicas, e as desvalorize; não se ofereceu para retomar a atividades devido ao seu estado de saúde, mas, porque lhe faz bem, todas as semanas frequenta danceterias, e nunca lá encontrou ninguém da Coordenação; todos têm direito a ter gostos pessoais, a escolher as suas atividades lúdicas e a desvalorizar a dança, e também a dar a sua perspetiva e opinião, e há um grupo de alunos que considera injusta a decisão, que não leva em consideração as necessidades de quem precisa da dança; ninguém tira valor à equipa coordenadora, ou à Sra. Coordenadora, que é uma pessoa cheia de capacidade, e está na



Universidade Sénior como peixe na água, mas é diferente a avaliação desta situação de uma pessoa com um nível económico superior à maioria; se gostasse muito de dança, não lhe faria diferença nenhuma ir todas as semanas à danceteria, mas a situação é outra para as pessoas que recebem menos de quinhentos euros. -----

A Sra. Presidente concordou que, independentemente da condição social ou económica, a pandemia afetou a todos, em particular os mais idosos, e qualquer atividade que promova a socialização e o convívio é um antídoto aos efeitos que ainda se mantêm; parece-lhe correto que a atividade letiva tenha que ser lecionada por alguém detentor de formação na área, e estará em cima da mesa uma atividade não letiva cuja periodicidade parece não ir de encontro às necessidades dos seus potenciais frequentadores. Referiu que é a conversar que os entendimentos acontecem e sugeriu uma reunião tripartida para tentar encontrar horários para que a atividade lúdica possa ser semanal. -----

O Sr. Hélder Martins referiu que procurou o diálogo desde início, mas, sentindo que estava a malhar em ferro frio, dirigiu-se à Câmara Municipal, na pessoa da Sra. Vereadora Filipa Fernandes, que adiantou um pouco, mas ainda não é suficiente para as necessidades, mas, se entendeu bem, parece existir abertura por parte da Câmara para, que, dentro do possível, o desejo dos utentes seja concretizado. Agradeceu as novas ciclovias. -----

A Sra. Presidente frisou que, em qualquer negociação, tem que se encontrar um equilíbrio e tem que haver cedências de ambas as partes, e é provável que, numa fase inicial, não se consiga ter tudo aquilo que se deseja, mas todo o caminho começa com um primeiro passo.---

Esteve presente a Sra. Maria dos Anjos Ramos Villamariz que felicitou a Sra. Presidente pelo trabalho que fez pela cidade nos dois mandatos. Referiu ser coproprietária de prédio sito em Alverangel, freguesia de São Pedro de Tomar, onde foi edificada, por José Ramos, também coproprietário, uma casa à revelia da lei; o seu advogado enviou uma carta ao cidadão propondo uma reunião para resolver a questão do terreno, que se arrasta há quarenta anos, mas a mesma não mereceu resposta; a situação foi comunicada à Câmara, que se deslocou ao local e embargou a obra, mas ele foi desobedecendo e estará a incorrer num crime de desobediência; neste momento, a casa já tem água e luz, e já está habitada; já colocou a situação à Tejo Ambiente, até porque o coproprietário tem o mesmo nome do pai, falecido há sessenta e três anos, conforme certidão de óbito que já ali apresentou, e pode estar a servir-se disso para fazer os contratos; gostaria que a Câmara facultasse esses elementos à empresa porque havendo litígio o contador será retirado; há cerca de um mês, reuniu com o Sr.



Vereador Hugo Cristóvão e, na falta de resposta às questões que, então, colocou, gostaria de ser informada se o processo está concluído e se o embargo da obra está ativo. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a obra foi detetada e foi embargada, mas o embargo não foi cumprido e o desrespeito foi comunicado ao Ministério Público; as obras continuam a estar ilegais e a não existir nenhuma documentação, mas o município não pode agir, pelo menos enquanto o Ministério Público não informar sobre o desenvolvimento do processo; desconhece como poderá ter sido possível ultrapassar a falta de determinados documentos, nomeadamente da licença de utilização, que, neste momento, são obrigatórios para a celebração de contratos com as entidades que prestam serviços de fornecimento de água, eletricidade e gás. -----

A Sra. Maria dos Anjos Villamariz referiu que tem indicação do seu advogado que o processo foi devolvido à Câmara por não estar completo, mas desconhece o que terá faltado. -

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que não dispõe dessa informação. -----

A Sra. Presidente deu nota que, na sua inscrição, a senhora deu a indicação que se teria constituído assistente neste processo e já terá tido resposta do Ministério Público. -----

A Sra. Maria dos Anjos Villamariz referiu que está informada que o processo foi devolvido à Câmara por estar incompleto. -----

A Sra. Presidente referiu que os processos não voltam para trás e, quando muito, o Ministério Público terá pedido esclarecimentos, mas não sabe se isso aconteceu, porque não está aqui disponível o processo físico. -----

A Sra. Maria dos Anjos Villamariz referiu que é um mau exemplo que ali está e que é pena que a Câmara não tenha tomado a iniciativa da demolição, aparentemente porque não é caso único; devia haver mecanismos de denúncia pública das pessoas que prevaricam, que atuam à margem da lei e se riem daqueles que são cumpridores. -----

A Sra. Presidente referiu que a questão formal está denunciada ao Ministério Público e segue os tramites processuais adequados, sendo certo que também existe um problema entre privados, no qual a Câmara não pode interferir. -----

A Sra. Maria dos Anjos Villamariz referiu que o litígio que existe lhe foi imposto ao longo dos anos e foi objeto de processos judiciais com regularidade; a justiça numa deu razão ao Sr. José Ramos, que queria tudo à sua maneira e nunca aceitou a realidade, e a situação foi-se arrastando e chegou a este triste impasse; apesar da situação, e de ter gasto muito dinheiro por causa deste senhor, tentou que se sentassem à mesa e, finalmente, resolvessem o que tem que ser resolvido, mas ele não aceitou, e agora só procura que a verdade seja reposta e



se faça justiça.-----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que a candidatura da Festa dos Tabuleiros a Património Cultural Imaterial Nacional já se encontra em consulta pública, pelo período de trinta dias, após o que regressará à Direção-Geral do Património Cultural para, no prazo de cento e vinte dias, se pronunciar sobre essa classificação.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão recordou que, nos meses de janeiro e fevereiro, a Câmara foi tolerante quanto à ocupação do espaço público, com esplanadas e outras estruturas, mas, a partir de agora, a fiscalização municipal vai passar a ter um olhar mais dedicado ao assunto, e é altura de os comerciantes e empresários tratarem de obter a devida licença, caso ainda não o tenham feito. Deu conhecimento que, no final da semana, a Roda do Mouchão vai ser retirada para ser objeto de uma intervenção profunda, a tempo da sua recolocação o mais possível até à primeira saída de coroas.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou qual foi o apoio do município às duas iniciativas Carnaval com maior relevância no concelho, que atraíram muitas pessoas à cidade e à Linhaceira; se, este ano, vão ser promovidas as formações para jovens monitores de atividades de tempos livres e como está a ser preparada a questão dos nadadores salvadores necessários para os espaços municipais. Solicitou a informação possível sobre o programa Mais Habitação, que se encontra em consulta pública até ao dia dez, e, ao que se sabe, terá como parceiros os municípios, que terão que se organizar com vista a sua implementação. Questionou qual é o ponto da situação da anunciada transferência dos serviços da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e dos Serviços de Atendimento Social para o edifício da Nabância.-----

Em resposta, a Sa. Vereadora Filipa Fernandes referiu que as atividades do Carnaval são apoiadas no âmbito do Programa do Apoio ao Associativismo, estando a proposta para apreciação na ordem do dia desta reunião, mas reuniram atempadamente com a Tomariniciativas e com a Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira para partilhar a organização e perceber o apoio que podiam esperar; uma das associações pediu um adiantamento de cinquenta por cento, mas só poderá ser concedido depois deste órgão aprovar a proposta de apoio. Informou que a formação dos monitores se realiza por altura da Páscoa e julga que os serviços estarão a tomar as medidas para que assim aconteça, e que há uma empresa contratada para a prestação de serviços de nadador salvador não havendo



reporte de dificuldades para cumprimento do contrato na época balnear que se avizinha. Deu nota que já foi solicitado à Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que diligencie a transferência para o novo espaço, com brevidade, para que também possam, de alguma forma, reorganizar o serviço de Ação Social do Município. -----

Em complemento, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que, no essencial, as obras estão concluídas desde dezembro, mas só mais recentemente foram instaladas as redes de comunicações e internet, estando marcada para dia oito uma visita da Comissão Alargada às novas instalações, a que se seguirá o processo de transferência de alguns móveis e documentação, que será rápido. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que o Sr. Primeiro-Ministro reuniu com os Presidentes de Câmara sobre o programa Mais Habitação que lhe manifestaram preocupação por grande parte da execução deste programa recair sobre as Câmaras e precisarem de meios; ainda não conhecem o resultado final, mas a questão do alojamento local pode preocupar, e, sobretudo, antes de ir à propriedade privada, o Estado devia saber os imóveis que detém - em Tomar, estiveram cerca de três anos para tratar de dois ou três apartamentos na rua Diogo de Arruda; primeiro, o Estado não sabia que os tinha, depois sabia, depois estavam afetos a outra Direção-Geral - se calhar, existem em Tomar, e no resto do país, muitos imóveis propriedade do Estado que podiam ser arrançados, desde que dessem condições às autarquias para o fazer. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se existe o levantamento dos imóveis do concelho que são propriedade do Estado. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, no âmbito do processo de descentralização de competências no domínio da gestão do património imobiliário público, foram indicados apenas dois ou três imóveis, tendo a Câmara completado a lista com a informação recebida de outra entidade, salvo erro a Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, mas acredita que devem ser muito mais e era importante que a Administração Central tivesse uma relação fidedigna dos seus imóveis; por outro lado, no âmbito da legislação sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, estavam a proceder à identificação dos prédios devolutos e o trabalho está praticamente concluído na área da cidade.-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou para quando se prevê o início da obra da terceira fase do Flecheiro, se o Tribunal de Contas já concedeu o visto e o que está previsto, e qual a cronologia, para o realojamento das famílias que ainda se encontram no espaço da obra, porque, como foi reconhecido pela Sra. Presidente, há uma preocupação muito grande quanto



ao cumprimento do prazo de execução, tendo em conta as condições do financiamento. Referiu que, no fim-de-semana, passou na Mata dos Sete Montes, e comprovou que o cenário é bastante triste, nomeadamente a faixa central, que está em muito mau estado, para não dizer que a maioria das plantas acabou por morrer; há responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, mas questiona qual é a posição da Câmara face ao estado a que chegou o espaço, um dos cartões de visita da cidade, e um ponto muito importante no contexto da Festa dos Tabuleiros, porque parece ser difícil a recuperação a tempo do evento. -

Em resposta, a Sra. Presidente informou que já foi obtido o visto do Tribunal de Contas e, embora sujeito a confirmação, contam consignar a obra no final da semana corrente, findo o que o empreiteiro poderá iniciar a montagem do estaleiro. Sobre a Mata dos Sete Montes, referiu que tem havido reuniões com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e está apurado que a situação se deve a uma doença dos buchos, mas ainda está por apurar a sua origem, para se poder aplicar o correto tratamento; pensou-se que seria uma determinada bactéria, mas as primeiras análises realizadas não o confirmaram, e aguardam o resultado das análises posteriores; se tiverem que ser substituídos, a Câmara está disponível para assegurar o pagamento dos exemplares necessários.-----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota que ainda estão quatro agregados familiares no Flecheiro, dois dos quais serão realojados em breve; ainda não têm uma solução definitiva para os restantes, na ponta sul, e está a ser ponderada com os serviços a melhor solução provisória, sendo certo que se prevê que a obra se inicie na zona norte, mais junto à ponte, e ainda têm algum tempo. -----

A Sra. Presidente informou que foi solicitado ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a redução de copa nas árvores em frente ao Convento, para que se possa ter uma vista mais desafogada do monumento.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco retomou o tema do interesse de constituir e dinamizar uma Rede Museológica do concelho de Tomar tendo em conta que o turismo e a cultura, a par da dinâmica associativa e do espírito de iniciativa, sempre foram pontos fortes do território; há dezenas de pessoas/entidades que tratam diverso património, de variadas temáticas, fruto do colecionismo, de atividades artesanais e de pequenas oficinas; a generalidade fá-lo com gosto, com sabedoria e com vontade de mostrar e de expor ao público em geral esse património, material e imaterial; muitos daqueles que nos visitam, e passam alguns dias em Tomar, muitas vezes porque são amigos/familiares dos residentes locais, têm gosto em investir tempo para visitar uma exposição museológica sobre determinada temática, e seria interessante ter



um roteiro em que se basear, assim como proporcionar visitas ou práticas didáticas nesses espaços, para turmas dos vários níveis de ensino; a par das iniciativas e das temáticas que, em termos museológicos, a Câmara deve continuar a promover, sobre os temas fortes da nossa identidade coletiva, como são os Templários e a Festa dos Tabuleiros, as oportunidades existem a este nível, e há potencial para muito mais, se houver promoção e apoio para se tornarem uma mais-valia na oferta turística e cultural; sem qualquer intuito de assumir a posse ou a gestão dos espaços, aos serviços municipais caberia identificar e inventariar as coleções, oficinas e afins que existam com potencial para serem visitáveis, e dar apoio técnico especializado, e/ou disponibilizar alguns meios, para os proprietários tratarem as suas peças/coleções/oficinas, para estarem expostas e permitirem atividades didáticas; depois teriam que ser criadas algumas regras para que mais pessoas/entidades pudessem vir a integrar a rede, por exemplo mediante assinatura de um protocolo; e tratar de a promover, através dos meios digitais e outros; e, ao longo do tempo, acompanhar e auditar o funcionamento dos diversos espaços, dando garantias de reunirem as condições necessárias para estarem abertos ao público. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes agradeceu a ideia, que já se pratica no Roteiro Museológico, que não se cinge aos espaços e às iniciativas que acontecem na cidade, e também dá conhecimento do espólio que as freguesias têm para mostrar, como, por exemplo. o Museu Etnográfico de Carregueiros, gerido por uma associação, disponível ao público, por marcação; sempre que, no concelho, abre um museu ou um espaço visitável, ele fará parte desse roteiro, porque entendem que é tão valioso como a herança templária, e tão benéfico para o concelho como a Festa dos Tabuleiros. -----

A Sra. Presidente referiu que, ao nível das oficinas de artes e ofícios, foi lançada em Tomar a Portugal Manual, uma rede nacional de promoção de novos artesãos portugueses, com uma presença muito forte nas redes sociais, onde também é possível a visitação, que se pretende venha a ter ligação com o trabalho que está a ser realizado pelo Instituto Politécnico de Tomar tendo como objetivo uma rede internacional de artesanato. -----

Em complemento, a Sra. Vereadora Filipas Fernandes referiu que um dos objetivos dessa rede é que também existam roteiros nas localidades onde existam artesãos identificados, como é o caso do João Bruno Videira, artista residente na Fábrica das Artes de Tomar, para além de que têm também o projeto de salvaguarda das Artes e Ofícios, para dar a mão aos artesãos existentes e para captar novos aprendizes, para que estas artes e ofícios não se percam e se tornem um ponto atrativo e turístico no concelho. -----



O Sr. Vereador Luís Francisco frisou que é um trabalho que deve prosseguir e que a ideia não é estar à espera que haja espaços, mas sim que se identifiquem as situações que tenham potencial de exposição e de visitação, e se trabalhe em conjunto, e se apoie, para que possam vir a ser uma mais-valia. -----

A Sra. Presidente solicitou que, no final da próxima reunião deste órgão, possam realizar uma visita ao Centro de Telegestão da Tejo Ambiente, instalado em Tomar.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia três de março de dois mil e vinte e três, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e três euros e noventa e oito cêntimos (3.106.553,98€) em Operações Orçamentais, e trezentos e vinte e dois mil, cento e dois euros e nove cêntimos (322.102,09€) em Operações Não Orçamentais. -----

REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA UM DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG 6):-----

N.º 01 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA UM DE MARÇO E RUA DE JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG 6) – proposta de plano-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta de revisão do plano de pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), elaborada pela Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, SA, no seguimento da deliberação tomada a 12 de dezembro de 2022, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2279/2023 e 2384/2023 da Divisão de Gestão do Território, e respetivos anexos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 76.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial: -----

1- Aprovar a proposta de revisão do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), com todos os documentos que a constituem, apresentados em anexo à informação n.º 2279/DGT/2023;-----

2- Remeter a proposta aprovada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), acompanhada da presente deliberação, para efeito de realização de reunião de concertação, de acordo com o previsto no artigo 87.º, por remissão do n.º 3 do artigo 119.º do regime jurídico



dos instrumentos de gestão territorial;-----

3- Transmitir a deliberação à Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, SA. - Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a declaração de voto transcrita em ata.-----

Declaração de voto: "Encontramo-nos perante a versão final dos documentos, após ponderação dos pareceres das entidades representativas dos interesses emitidos na conferência procedimental.-----

Relembramos a análise realizada pelos Vereadores do PSD ao longo deste processo, nomeadamente nas reuniões de 03.10.2022 e 12.12.2022 onde ficou claro que não concordamos com os pressupostos do relatório de fundamentação, uma vez que o real problema é a acentuada perda de população e não a estrutura fundiária.-----

Recorde-se, também, o plano de financiamento do Plano de Pormenor: entende o PSD que o mesmo é uma perfeita ilusão e que os 1,26 M€ previstos para a sua execução nem para um terço chegará. Além disso, estão também previstas expropriações, ou seja, o uso do instrumento mais drástico e autoritário previsto para resolver o problema fundiário sem que estejam devidamente estimados os seus valores, o que é grave uma vez que são essenciais para a concretização do Plano.-----

Acreditamos que não estão reunidas as condições para assegurar a concretização deste modelo sem que o problema de fundo, perda de população, seja endereçado.-----

Porque estas omissões e estimativas de custos subavaliadas colocam em causa a sua sustentabilidade económico-financeira, os Vereadores do PSD abstêm-se."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que esta proposta seguirá o seu caminho para que, o mais brevemente possível, esta zona central da cidade, que tem estado num impasse ao longo dos últimos anos, se possa reconfigurar e reabilitar, em termos urbanísticos e de desenvolvimento económico.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que os vereadores do PSD vão manter o voto de abstenção tendo em conta a análise que fazem deste instrumento de gestão territorial, que explanaram com mais detalhe em reuniões recentes onde o Plano de Pormenor foi apreciado, nomeadamente quanto à perspetiva que um dos grandes problemas da sua não execução é a perda de população do concelho, uma espécie de doença que não se vê, mas que vai corroendo. Realçou que o plano de financiamento apresentado, no valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros, não chegará sequer para um terço, e não estão estimados



valores para as expropriações, sem as quais grande parte do plano não poderá ser executado; as estimativas já pareciam subavaliadas em dois mil e vinte e dois, data do plano de financiamento, e, um ano depois, com todas as alterações, a questão ainda se agravou mais. -

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que a questão demográfica se coloca na generalidade do território nacional, e é algo que preocupa, mas verdade é que, à partida, por si só, o Plano de Pormenor era totalmente irrealista e inexecutável, designadamente tendo em conta o investimento que qualquer privado teria que fazer para cumprir as regras definidas; hoje, a procura de habitação para comprar ou arrendar é intensa e devem procurar simplificar e flexibilizar estes instrumentos, para permitir que os potenciais investidores possam concretizar os seus projetos.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – HOMENAGEM A PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES DE MÉRITO NO DIA 1 DE MARÇO DE 2023 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a distinção das seguintes personalidades e instituições de mérito no dia um de março do corrente ano, ao abrigo do regulamento de atribuição de insígnias e medalhas municipais:-----

Medalha de Honra do Município:-----

ACITOFEBBA – Associação Comercial e Industrial-----

Núcleo de Tomar da Liga dos Combatentes -----

Jornal Cidade de Tomar -----

Jornal O Templário-----

Medalha Municipal de Valor Desportivo:-----

(Grau ouro) -----

Jorge Sirgado -----

Medalha Municipal de Mérito:-----

(Grau ouro) -----

Fernando Hilário -----

Hotel Bonjardim-----

Pensão Residencial Luanda-----

Residencial Luz-----

Residencial União -----

Café Paraíso da Comenda "NOFRE"-----



Restaurante Pica Pau Amarelo -----

Restaurante Salgado -----

Loja Zézinho -----

Mundo das Malas-----

Salão Ferreirinhas de Joaquim Ferreira & Filha (Cabeleireiros Unissexo) -----

Escola de Condução Moderna de Tomar -----

Oficina José dos Santos Câncio -----

Marante - Materiais de Construção e Decoração -----

Tomarel.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a distinção das personalidades e instituições identificadas no dia um de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA PARA O ANO DE 2023 – alteração-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência do pedido efetuado pela Junta da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, a alteração da cláusula terceira do contrato interadministrativo para o corrente ano, substituindo a pavimentação da rua do Lugar da Tubareira, por construção de muro para o alargamento da rua do Coval, em Alviobeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a alteração da cláusula terceira do contrato interadministrativo celebrado a 24 de janeiro, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – ADESÃO À REDE DE CIDADES PORTUGUESAS VISANDO A NEUTRALIDADE CARBÓNICA EM 2030 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a assinatura da declaração de adesão à rede de cidades portuguesas visando a neutralidade carbónica em 2030, nos termos e fundamentos da informação n.º 23/2023 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a



91

declaração de adesão à rede de cidades portuguesas visando a neutralidade carbónica em 2030, em linha com os objetivos da Missão Europeia "Climate Neutral and Smart Cities", assinada a 6 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 05 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, tendo por objeto a definição das condições de delegação e exercício de competências nas áreas de limpeza urbana e espaços verdes, no corrente ano, nos respetivos termos e fundamentos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato interadministrativo nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou como é que se chegou ao valor de oitenta mil euros a transferir para a União das Freguesias para o exercício de competências nas áreas de limpeza urbana e espaços verdes nas áreas assinaladas e quem assumirá o serviço se se vier a verificar a suspensão do contrato, por incumprimento, conforme se prevê no número dois da cláusula sexta. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que o valor foi apurado pelos serviços tendo em conta o montante despendido pelo Município, em recursos humanos e materiais, para a prestação deste serviço nos três cantões definidos, que ficarão sob a responsabilidade da Junta de Freguesia: não acreditam que vá existir alguma espécie de incumprimento, mas, se vier a acontecer, o Município terá que garantir o serviço.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que é comum ser indicado que os valores, e outras situações, são apurados pelos serviços, e acredita que assim seja, mas não lhes é enviada essa informação e gostariam de poder ter acesso a ela.-----

A Sra. Presidente referiu que o Sr. Vereador poderá fazer chegar essa informação. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----



92

N.º 06 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em fevereiro pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2022 -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à cedência de gasóleo às Juntas de Freguesia do concelho detentoras de Kits de primeira intervenção integrados do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, no ano de 2022, ao abrigo do protocolo celebrado, num total de 4.975,60 litros, com um custo total de 8.570,01€ (oito mil, quinhentos e setenta euros e um cêntimo). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO À JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS NO ANO DE 2022 -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à cedência de gasóleo à Junta da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, no âmbito da deliberação de 12 de outubro de 2020, num total de 9.070,60 litros, com um custo total de 15.139,91€ (quinze mil, cento e trinta e nove euros e noventa e um cêntimo). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 09 – LIMPEZA E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA ESQUADRA LOCAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa aos trabalhos de limpeza e manutenção executados pelos serviços municipais nos espaços exteriores da esquadra local da Polícia de Segurança Pública, com o custo indireto estimado de 152,89€ (cento e cinquenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 10 – CEDÊNCIA DE MATERIAL VEGETAL – Regimento de Engenharia n.º 1 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1766/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de quatro Cupressus sempervirens (cipreste), de produção própria, ao Regimento de Engenharia n.º 1, para plantação no dia mundial da árvore, no valor total de 100,00€ (cem



euros), calculado de acordo com a tabela de preços de espécies vegetais em vigor.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a cedência do referido material vegetal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – EXUMAÇÃO E TRASLADAÇÃO DE RESTOS MORTAIS PARA GAVETÃO NO CEMITÉRIO DE MARMELAIS – isenção de taxas -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela exumação, limpeza de ossadas e trasladação dos restos mortais de Domingos Gerardo, da sepultura n.º 944 do talhão K do cemitério de Marmelais, para gavetão do mesmo equipamento municipal, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1816/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas devidas pela exumação, limpeza de ossadas e trasladação dos restos mortais de Domingos Gerardo, da sepultura n.º 944 do talhão K do cemitério de Marmelais, para gavetão do mesmo equipamento municipal, no montante de 236,45€ (duzentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – PROTOCOLO DE COMPARTICIPAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA ENTRE FREGUESIAS, NO TROÇO ENTRE A EM533 E VALE ROXO -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1790/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a celebrar com a Tejo Ambiente, EIM, SA no âmbito da empreitada de pavimentação do troço entre a EM533 e Vale do Roxo, pela execução dos trabalhos de remodelação de redes de abastecimento de águas (ramais), nos respetivos termos e fundamentos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 - EMPREITADA PARA RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – adiantamento do preço do contrato -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou o adiantamento no valor de 97.188,71€ (noventa e sete mil, cento e



oitenta e oito euros e setenta e um cêntimo), sem IVA, ao adjudicatário da empreitada para recuperação/requalificação da Igreja de São João Baptista (1.^a fase), atento o teor da informação n.º 316/2023 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1739/PR/2023, de 27 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 14 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA- revisão extraordinária de preços -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o novo cálculo de revisão extraordinária de preços da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Torres Pinheiro e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, a título definitivo, nos termos e fundamentos da informação n.º 578/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1- Aprovar o novo cálculo da revisão extraordinária de preços, a título definitivo, com a fórmula devidamente corrigida, conforme proposto pelo empreiteiro, no valor de 77.754,49€ (setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos); -----

2- Mandar pagar ao empreiteiro a quantia de 29.792,92€, acrescida do IVA, no valor total de 31.580,50€ (trinta e um mil, quinhentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com declaração de voto transcrita em ata. -----

Declaração de voto: "A presente revisão extraordinária de preços é penalizadora para o Município de Tomar devido à incapacidade da governação socialista que não soube apresentar contraproposta em tempo útil, tinha 20 dias para o fazer e não o fez como é reconhecido na informação da Presidente, havendo deferimento tácito. -----

Recorde-se que o técnico do DOM (Inf. 7373) tinha proposto a rejeição do valor, devido à fórmula de cálculo aplicada pela empresa, o que era confirmado pelo parecer jurídico. -----

Por isso, os Vereadores do PSD votam contra." -----

N.º 15 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA

**TORRES PINHEIRO E AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – conta final**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta final da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Torres Pinheiro e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, adjudicada à firma Carlos Gil, Obras Públicas, Construção Civil e Montagens Eléctricas, Lda, nos termos propostos na informação n.º 1460/2023 do Departamento de Obras Municipais.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a conta final da empreitada, no valor de 617.176,31€ (seiscentos e dezassete mil, cento e setenta e seis euros e trinta e um cêntimo), onde se inclui trabalhos complementares, trabalhos a menos, revisões de preços e o IVA correspondente.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com declaração de voto transcrita em ata.-----

Declaração de voto: “Uma vez que a Conta Final da empreitada inclui a revisão extraordinária de preços do ponto anterior com a qual não concordamos pelos fundamentos apresentados, os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

N.º 16 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – revisão de preços--

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o cálculo da revisão de preços da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, a título provisório, nos termos e fundamentos da informação n.º 577/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1- Aprovar o cálculo da revisão de preços, a título provisório, no valor de 469.257,22€ (quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete euros e vinte e dois cêntimos);-----

2- Mandar pagar ao empreiteiro a quantia de 253.296,85€, acrescida do IVA, no valor total de 268.494,66€ (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e sessenta e seis cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com declaração de voto transcrita em ata.-----



96

Declaração de voto: "Antes de mais, importa salientar que apesar de se tratar de uma revisão extraordinária de preços, conforme a documentação do processo, na deliberação não consta tal indicação. -----

A Empreitada de Requalificação dos Espaços Exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro é um exemplo paradigmático da má gestão da obra pública pela governação municipal socialista, com erros e omissões penalizadores do erário público. -----

Não podemos aceitar os diversos erros e omissões de projetos, trabalhos complementares e trabalhos a mais, e os consequentes atrasos em obra, e agora esta revisão de preços com a qual os técnicos do Município não concordaram. Esta forma de trabalhar que, invariavelmente, prejudica a população, não se coaduna com o rigor na governação e na execução das obras públicas que se exige a uma governação municipal. Por isso, os Vereadores do PSD votam contra." -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 17 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO 2023 -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal os montantes máximos a atribuir por programa às diferentes entidades ao abrigo das normas do programa de apoio ao associativismo, no valor global de 588.827,38€ (quinhentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte sete euros e trinta e oito cêntimos), bem como as minutas dos contratos programa a estabelecer para o efeito no âmbito dos programas 0, 1, 2 e 3, nos termos e fundamentos apresentados na informação n.º 205/2023 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.- Aprovar a definição das atividades a apoiar e montantes máximos do apoio a conceder no ano de 2023, no âmbito das normas de atribuição de apoios ao associativismo: -----

1.1. Programa 0 - Programa Base 3.250,00€

Tipologia de Associação	Valor máximo de apoio (€) / Associação
Associação legalmente constituída (conforme artigo 6.º das normas)	250 €

1.2. Programa 1- Apoio a atividades regulares/desenvolvimento associativo..... 262.558,00€

	Valor de apoio
--	-----------------------



Área	Descrição		(€)
Ambiental	Associação Ambiental	Por área	250,00
Educação	ATL	Por associação	250,00
		Por aluno / inscrito	1,00
	Atividades Educativas Não Formais		250,00
Juvenil	Escutismo	Por agrupamento	250,00
		Por escuteiro	10,00
	Outras Associações Juvenis	Por associação	250,00
Cultural e Recreativa	Escola de Música	Não oficial	250,00
		Das Bandas Filarmónicas	1.100,00
		Oficial	2.200,00
	Banda Filarmónica	Juvenil / Ligeira	1.000,00
		Banda Filarmónica	3.300,00
	Grupo Coral	Infantil e Juvenil	100,00
		Não oficial	1.000,00
		Oficial	2.000,00
	Orquestra	Infantil e Juvenil	100,00
		Não oficial	1.000,00
		Oficial	2.500,00



	Grupos de Cantares e Tunas		600,00
	Outros Grupos Instrumentais	Não oficial	100,00
		Oficial	750,00
	Escola de dança	Não oficial	100,00
		Oficial	1.200,00
	Outras Formações de Dança		100,00
	Grupo de Teatro	Não oficial	750,00
		Oficial	2.200,00
	Grupo de Animação Medieval	Não oficial	500,00
		Oficial	1.500,00
	Folclore	Infantil	250,00
		Rancho Folclórico	2.250,00
	Cineclube	Não oficial	250,00
		Oficial	1.250,00
	Oficinas de Artes		250,00
	Outros Grupos		100,00



Desportiva, Formação e Lazer (modalidades coletivas)	Infantis / Escolas ou equiparados	Nacional	2.200,00
		Distrital / Regional	1.200,00
	Juniões / Juvenis / Iniciados ou equiparados	Internacional	5.500,00
		Nacional – Fase Final	3.300,00
		Outra Nacional	2.200,00
		Distrital / Regional	1.300,00
	Seniores	Internacional	5.500,00
		1ª Nacional	4.400,00
		2ª Nacional	3.300,00
		Outra Nacional	2.200,00
		Distrital / Regional	1.300,00
	Veteranos ou equiparados	Internacional	500,00
		Nacional	400,00
		Distrital / Regional	250,00
Desportiva, Formação e	Infantis / Escolas ou equiparados	Internacional	950,00
		Nacional	230,00
		Distrital / Regional	



100

Lazer (modalidades individuais)			70,00
	Juniões / Juvenis / Iniciados ou equiparados	Internacional	950,00
		Nacional	230,00
		Distrital / Regional	70,00
	Seniores	Internacional	950,00
		Nacional	230,00
		Distrital / Regional	70,00
	Veteranos ou equiparados	Internacional	230,00
		Nacional	100,00
		Distrital / Regional	30,00
	Desportiva, Formação e Lazer (Federações/Associações desportivas âmbito distrital/regional)	Por Associação	250,00
		Por atleta filiado	1,00
Desportiva, Formação e Lazer (Não Federado)	Por modalidade até ao máximo de 3 modalidades por associação	250,00	

1.3. Programa 2 – Apoio a eventos 233.097,99€

Tipo de Eventos	Valor fixo de apoio (€) / Evento
Festival de Folclore (Alínea e) do ponto 3.2 do artigo 10.º das Normas)	1.000,00
Encontros de Bandas Filarmónicas	500,00



101

Noites de Fados	200,00
Mostras Gastronómicas ou de Artesanato	150,00
Exposições	150,00
Descida de rio e limpeza de margens	150,00
Torneios da Sueca/Futsal/Futebol e semelhantes	100,00
Passeios de Motorizadas ou Automóveis	100,00
Caminhadas/Cicloturismo/Passeios de BTT	100,00
Restantes Eventos	Analisados conforme ponto 3 do artigo 10.º das Normas

1.4. Programa 3- Apoio a Projetos de Intervenção Social..... 89.921,39€

2.- Aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro às entidades que desenvolvem o seu trabalho no concelho de Tomar, em conformidade com os mapas apresentados pela Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, que homologa, no seguinte valor total máximo, por programa e entidade: -----

Programa 0 – Programa Base	3.250,00€
Associação, Cultural, Desportiva e de Beneficência Bombeiros de Tomar	250,00€
Associação de Defesa Cinegética da Freguesia de São Pedro de Tomar	250,00€
Associação de Melhoramentos Recreio e Cultura da Roda Pequena	250,00€
Associação de Pais e EE da EB1 Raúl Lopes de Tomar	250,00€
Associação MG – Memorial Mendes Godinho	250,00€
Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo – Tomar	250,00€
Associação Recreativa das Aboboreiras	250,00€
Associação Recreativa e Cultural "Os Quatro Unidos"	250,00€
CAA Portugal	250,00€
Centro Cultural de Carril-Vales	250,00€
Centro Cultural e Recreativo de Vale de Idanha	250,00€
Centro de Convívio e Cultura das Barreiras	250,00€
Centro Recreativo e Cultural de Alviobeira	250,00€
Programa 1 - Apoio a atividades regulares/desenvolvimento associativo	262.558,00€
1ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio	613,00€
30POR1LINHA - Associação Sociocultural e Ambiental	1.250,00€



102

Associação "Os Amigos do Fado de Tomar"	750,00€
Associação Cultural e Desportiva de São Silvestre	1.500,00€
Associação Cultural e Desportiva do Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Minjoelho	2.250,00€
Associação Cultural e Recreativa de Carvalhos de Figueiredo	4.150,00€
Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira	4.700,00€
Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita	9.540,00€
Associação Cultural e Recreativa do Centro da Freguesia Casais	750,00€
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Freguesia de Junceira	750,00€
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira	3.450,00€
Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova	500,00€
Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda	2.120,00€
Associação de Natação do Distrito de Santarém	695,00€
Associação de Pais e Amigos das Escolas da Linhaceira	327,00€
Associação de Pais e EE da Escola EB1 e JI Cem Soldos	316,00€
Associação de Pais e EE da Escola EB1 e JI Pedreira	275,00€
Associação de Pais e EE da Escola EB1 e JI Marmeleiro	275,00€
Associação de Pais e EE da Escola EB1 Santo António	332,00€
Associação de Pais e EE do JI Raúl Lopes	361,00€
Associação dos Apicultores do Centro de Portugal	250,00€
Associação dos Forcados Amadores de Tomar	2.200,00€
Associação Luso Brasileiro de Grappling	890,00€
Associação Oficina da Abelha	1.350,00€
Associação Rancho Folclórico e Etnográfico e Museu Rural de Alviobeira	3.250,00€
Associação Thomar Honoris	9.150,00€
Basket Club de Tomar	6.200,00€
Canto Firme de Tomar - Associação de Cultura	11.150,00€
Centro Cultural e Desportivo da CM Tomar	500,00€
Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo	2.950,00€
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar - CIRE	2.050,00€
Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brasões	1.600,00€
Centro Recreativo dos Trabalhadores da Peralva	450,00€
Centro Recreativo e Cultural da Freguesia de Carregueiros	2.500,00€



Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico "Os Camponeses" da Peralva	2.500,00€
Clube de Actividades de Lazer e Manutenção - CALMA	750,00€
Clube de Amigos Unidos pela Natação - CAUN	1.450,00€
Clube de Jovens Os Aerocalminhas	3.590,00€
Clube Desportivo Templários BTT e Aventura	300,00€
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 44 - Tomar	1.440,00€
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 837 - Cem Soldos	960,00€
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 941 - Asseiceira	780,00€
Escola de Futebol de Tomar Associação	11.100,00€
Espaço 0 - Artes Comunicantes Associação de Cultura	2.700,00€
Fatias de Cá de Tomar	2.200,00€
Ginásio Clube de Tomar	15.740,00€
Grupo Desportivo da Nabância	4.060,00€
Grupo Desportivo e Recreativo da Sabacheira	750,00€
IP Thomar - Rugby Associação	4.400,00€
Jazzwithin - Associação Artística e Cultural	1.350,00€
Kinostrum - Associação Cultural Fílmica	250,00€
Montanhexímia - Associação Desportiva	2.450,00€
Núcleo de Árbitros de Futebol do Ribatejo Norte	400,00€
Plano Extraordinário - Clube de Cinema	1.250,00€
Portugal by Rock - Associação	250,00€
Rancho Folclórico "Os Canteiros" da Pedreira	2.250,00€
Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina	5.150,00€
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais	30.514,00€
Sociedade Filarmónica Payalvense "Manoel de Mattos"	4.400,00€
Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira	7.300,00€
Sport Clube Operário de Cem Soldos	14.770,00€
Sporting Clube de Tomar	22.960,00€
Templardog - Grupo Desportivo Canino	250,00€
Ténis Clube de Tomar	4.090,00€
Thomarsellium Associação de Desporto e Dança de Tomar	1.750,00€
União Futebol Comércio e Indústria de Tomar	31.060,00€



Programa 2 - Apoio a eventos	233.097,99€
1ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio	235,00€
30POR1LINHA - Associação Sociocultural e Ambiental	500,00€
Associação Cultural Coreto D'El Rey	1.050,00€
Associação Cultural e Recreativa de Carvalhos de Figueiredo	1.150,00€
Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira	8.800,00€
Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita	19.275,00€
Associação Cultural e Desportiva do	
Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Minjoelho	1.300,00€
Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos Tempo Livre	
dos Lugares de Marmeleiro e Capela	550,00€
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Freguesia da Junceira	400,00€
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Asseiceira	1.000,00€
Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova	350,00€
Associação de Antigos Alunos do	
Liceu Nacional de Tomar e Escola Secundária Santa Maria do Olival	675,00€
Associação de Cultura e Recreio de Olalhas	575,00€
Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda	16.612,50€
Associação de Natação do Distrito de Santarém	5.600,00€
Associação de Pais e EE da Escola EB1 e JI Cem Soldos	250,00€
Associação de Pais e EE do Centro Escolar de Vale do Calvo	400,00€
Associação dos Apicultores do Centro de Portugal	562,50€
Associação Gerar Oportunidades	4.448,50€
Associação Rancho Folclórico e Etnográfico e Museu Rural de Alviobeira	1.875,00€
Associação Recreativa e Cultural de Além da Ribeira	2.350,00€
Associação Thomar Honoris	10.825,00€
Automóvel Clube de Tomar	2.500,00€
Canto Firme de Tomar – Associação de Cultura	13.000,00€
Centro Cultural e Desportivo da CM Tomar	500,00€
Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo	3.287,50€
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar - CIRE	1.216,99€
Centro Recreativo dos Trabalhadores da Peralva	600,00€
Centro Recreativo e Cultural da Freguesia de Carregueiros	1.250,00€



Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João	800,00€
Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Peralva	1.900,00€
Clube de Atividades, Lazer e Manutenção - CALMA	7.000,00€
Clube de Jovens Os Aerocalminhas	150,00€
Clube Desportivo Templários BTT e Aventura	6.750,00€
Confraria Gastronómica dos Templários	2.000,00€
Erasmus Student Network – Tomar	1.025,00€
Escola de Futebol de Tomar Associação	1.050,00€
Espaço 0 - Artes Comunicantes Associação de Cultura	8.600,00€
Federação do Folclore Português - Conselho Técnico Regional do Alto Ribatejo	3.025,00€
Ginásio Clube de Tomar	2.475,00€
Grupo Desportivo da Nabância	4.850,00€
Grupo Desportivo e Recreativo da Sabacheira	450,00€
Grupo Motard Ramot	1.000,00€
IP Thomar - Rugby Associação	285,00€
JazzWithin - Associação Artística e Cultural	8.000,00€
Juventude e Associativismo de Tomar – JATO	720,00€
Kinostrum - Associação Cultural Fílmica	625,00€
Montanhexímia - Associação Desportiva	3.825,00€
Plano Extraordinário – Clube de Cinema	1.942,50€
Portugal by Rock - Associação	1.000,00€
Rancho Folclórico "Os Canteiros" da Pedreira	1.300,00€
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais	24.000,00€
Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira	1.000,00€
Sport Clube Operário de Cem Soldos	6.862,50€
Sporting Clube de Tomar	3.750,00€
Ténis Clube de Tomar	1.450,00€
The Water Ski Club	3.000,00€
TomarIniciativas - Associação de Cultura	18.125,00€
Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar, Associação Cultural	5.000,00€
União Futebol Comércio e Indústria de Tomar	8.000,00€
Wake Villa Wakeboard Club	2.000,00€



Programa 3 - Apoio a Projetos de Intervenção Social	89.921,39€
ACRESCER – Associação de Pais e Amigos de crianças com necessidades educativas especiais de Tomar	9.180,00€
Associação Dadores Benévolos de Sangue do Hospital de Tomar	800,00€
Associação de Cultura, Desporto e de Solidariedade Social de Paço da Comenda	15.300,00€
Associação de Saúde Mental do Médio Tejo	23.176,00€
Centro de Assistência Social de Tomar	23.364,40€
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar - CIRE	2.563,68€
Centro Social Paroquial de Asseiceira	3.600,00€
Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Abrantes/Tomar	5.037,31€
Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira	1.800,00€
Sport Club Operário de Cem Soldos	5.100,00€

3- Aprovar as minutas dos contratos programa a estabelecer no âmbito do programa 0 e dos programas 1, 2 e 3 nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol Comércio e Indústria de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Estádio Municipal António Fortes, bar e balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar e balneários do Campo Desportivo do Nabão, nos dias 10 e 11 de junho, para realizar o 14.º Torneio Internacional dos Templários do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 260/2023 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Ténis Club de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo para realização de torneios integrados no plano anual de atividades



2
107

107

do Ténis Club de Tomar para o corrente ano, nos termos e fundamentos da informação n.º 256/2023 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 20 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – isenção de taxas-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/25B, sito na Rua Aquiles da Mota Lima, n.º 2 A, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, nos termos e fundamentos da informação n.º 811/DAJA/2023.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a redução da taxa nos termos da referida informação, que homologa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – isenção de taxas-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/252 A, sito na Rua Aquiles da Mota Lima, n.º 2 C, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, nos termos e fundamentos da informação n.º 990/DAJA/2023.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a redução da taxa nos termos da referida informação, que homologa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 22 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 17 – Casa Pronta - Anúncio 19153/2023-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que determinou o exercício do direito de preferência na alienação da fração D



correspondente ao primeiro andar esquerdo do prédio sito na rua de Santo António, n.º 17, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 2415, pelo valor de 51.000,00€ (cinquenta e um mil euros), no âmbito do Anúncio 19153/2023 publicado no serviço Casa Pronta.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 904/PR/2023, de 17 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 2/2021 – SCRAPS-Sociedade Imobiliária, SA-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 3/OBURB/DGT/2020, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto da vistoria realizada a 2 de fevereiro, para efeitos de receção provisória das obras de urbanização sitas na avenida Doutor Aurélio Ribeiro, tituladas pelo alvará de obras de urbanização n.º 2/2021, e a redução da garantia bancária em 90%, nos termos e fundamentos do despacho n.º 840/2023 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referido despacho, deliberou:-----

- 1- Homologar o auto de vistoria para receção provisória n.º 1/2023;-----
- 2- Mandar proceder à redução da garantia bancária prestada pelo requerente nos termos propostos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 24 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO – AUMENTO DA QUOTA-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atualização da quota dos municípios participantes na Associação de Municípios do Portugal Romano, para o valor mensal de 150,00€ (cento e cinquenta euros), em conformidade com a deliberação tomada pela respetiva Assembleia Geral, em sessão realizada a 19 de julho de 2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o valor da quota nos termos propostos.-----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – PROTOCOLO COM A ORQUESTRA SINFÓNICA DE THOMAR-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente às informação n.ºs 127/2023 e 238/2023 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo a estabelecer com as Associações de Cultura SonetIntemporal e Canto Firme de Tomar, visando o estabelecimento de bases para a colaboração na criação de condições que permitam o desenvolvimento da Orquestra Sinfónica de Tomar, nomeadamente na atribuição de apoio financeiro e logístico à SonetIntemporal, para a sua programação anual. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos, pondo termo ao Protocolo celebrado a 8 de janeiro de 2021 com a Canto Firme de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que estão ultrapassadas as questões que identificaram na última reunião, nomeadamente a entidade para a qual será transferida a verba e a possibilidade de denúncia do protocolo. -----

N.º 26 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso nos espetáculos que integram a regular programação do Cineteatro Paraíso, nos termos e fundamentos da informação n.º 196/2023 da Divisão de Turismo e Cultura. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os preços dos bilhetes de ingresso:-----

- 10 de março – Criasons FE...DE...RI..CO – 5,00€ (cinco euros);-----
- 18 de março – Motherflutters – 8,00€ (oito euros); -----
- 15 de abril - Os Grandes não têm grandes ideias (teatro para a infância) - 3,00€ (três euros); -----
- 21 de abril - Tributo a Chico Buarque:-----
 - Plateia e 1.º Balcão– 10,00€ (dez euros); 2.º Balcão e camarotes – 8,00€ (oito euros); -----
- 25 de abril - Ana Laíns com Banda Nabantina:-----
 - Plateia e 1.º Balcão– 10,00€ (dez euros); 2.º Balcão e camarotes – 8,00€ (oito euros); -----
- 28 de abril – Criasons IV - Joana Sá (Teatro instrumental) – 5,00€ (cinco euros);-----



- 19 de maio - Criasons IV - Paulo Brandão árvore metálica e outras histórias- 5,00€ (cinco euros); -----

- 27 de maio - Orquestra de Jazz de Matosinhos e Mário Laginha (integrado no Festival de Jazz de Tomar) - 5,00€ (cinco euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 27 – AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 141/2023 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação tomada a 26 de abril de 2016 que autorizou a Dr.ª Anabela Antunes de Azevedo Santos, Técnica Superior do Serviço de Contabilidade, a movimentar as contas do Município, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou revogar a referida deliberação, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Sistema de Controlo Interno do Município, publicado no Diário da República de 6 de fevereiro de 2004.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes recomendou que se efetue a revisão da Norma de Controlo Interno do Município, aprovada em dois mil e quatro, tendo em conta a alteração do normativo contabilístico para a Administração Pública. -----

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a Norma de Controlo Interno foi revista em abril de dois mil e dezasseis, sem prejuízo da necessidade de uma nova revisão, face ao Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas. -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 28 – REQUALIFICAÇÃO DA CASA DO DESPACHO/NÚCLEO MUSEOLÓGICO – Santa Casa da Misericórdia de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao pedido de apoio financeiro formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Thomar para requalificação da Casa do Despacho, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição de um apoio de 60.000,00€ (sessenta mil euros) à Santa Casa da Misericórdia de Tomar para requalificação da Casa do Despacho, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2022 -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório da campanha de caracterização física dos resíduos sólidos urbanos referente ao ano de 2022, elaborado pela RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., SA. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 30 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Paróquia de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 956/DAJA/2023, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 25 de março, para atividade da Paróquia de Tomar, com o custo estimado de 622,01€ (seiscentos e vinte e dois euros e um cêntimo), e portagens a cargo da entidade. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal, com pagamento de portagens a cargo da entidade. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 31 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Associação de Judo do Distrito de Santarém-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 786/DAJA/2023, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, nos dias 16 a 20 de julho, no âmbito da realização em Tomar de Torneios e Estágio de Judo, com o custo estimado de 3.477,65€ (três mil, quatrocentos e setenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 32 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - turma do 9.º ano da Escola Básica da Senhora da Hora -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 958/DAJA/2023, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, nos dias 2 e 4 de junho, no âmbito de atividade de alunos do 9.º ano da Escola Básica da Senhora da Hora, de Matosinhos, com o custo estimado de 111,82€ (cento e onze euros e oitenta e dois cêntimos).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



Terminados os trabalhos, sendo onze horas e vinte cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

